

Atos Oficiais

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires

LEI Nº 6.927, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023

Autoriza o Poder Executivo a conceder direito real de uso de área oneroso, mediante procedimento licitatório na modalidade concorrência pública, para implantação, administração e operação comercial de serviços de lanchonete/restaurante no Parque Oriental - Milton Marinho de Moraes, e dá outras providências.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art.1º Fica o Município autorizado a conceder, nos termos dos artigos 67 e 69, da Lei Orgânica do Município, a título oneroso, o uso espaço público, localizado na Rua Major Cardim, Centro Alto, neste Município, visando à implantação, administração e operação comercial de serviços de Lanchonete/Restaurante no Parque Oriental – Milton Marinho de Moraes.

Parágrafo único. A concessão de uso de que trata o "caput" do presente artigo, deverá ser formalizada mediante prévio procedimento licitatório, na modalidade concorrência pública.

Art.2º A área objeto da concessão de uso de que trata esta Lei, compreende:

"A presente descrição tem início no ponto **A**, assinado em croqui, deste ponto segue para a direita acompanhando o alinhamento do caminho interno do parque, numa distância de 25,65m até encontrar o ponto **B**; deste ponto deflete a direita e segue em linha reta numa distância de 7,43m até encontrar o ponto **C**; deste ponto deflete a direita e segue em linha reta numa distância de 13,25m até encontrar o ponto **D**; deste ponto deflete a esquerda e segue em linha reta numa distância de 5,40m até encontrar o ponto **E**; deste ponto deflete a direita e segue em linha reta numa distância de 12,40m até encontrar o ponto **F**; deste ponto deflete a direita e segue em linha reta numa distância de 12,83m até encontrar o ponto **A**, onde teve início a presente descrição encerrando assim uma área de 262,47m². Localizado nas coordenadas X=353643.67,7375844.02, distante 427,00 metros da rua".

Art.3º A concessão de direito real de uso onerosa vigorará pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data da lavratura do instrumento de concessão, podendo ser prorrogado, por meio de termo de aditamento, mediante acordo entre as partes.

Art.4º O valor inicial mensal da concessão será definido por avaliação técnica da Comissão Permanente de Avaliações, o qual deverá ser atualizado anualmente com base nos índices oficiais utilizados pelo Município.

Art.5º Os requisitos para a exploração dos serviços serão dispostos em edital de licitação próprio.

Art.6º A exploração dos serviços ficará sujeita à legislação e fiscalização do Poder Concedente, incumbindo aos que as executarem, a sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

Art.7º Extinta a concessão, por quaisquer dos meios previstos em lei ou no edital de licitação, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário através do contrato.

Art.8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 04 de dezembro de 2023-309º Ano da Fundação e 69º da Instalação do Município.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

HELENICE ARRUDA
Secretária de Turismo

LEI Nº 6.928, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023

Autoriza o Poder Executivo a conceder direito real de uso de área oneroso, mediante procedimento licitatório na modalidade concorrência pública, para implantação, administração e operação comercial de serviços de lanchonete no Complexo Hospitalar Municipal Santa Luzia, e dá outras providências.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art.1º Fica o Município autorizado a conceder, nos termos dos artigos 67 e 69, da Lei Orgânica do Município, a título oneroso, o uso de espaço público, localizado na Estrada Jornalista José Edinaldo Gemecê de Menezes, nº 2.959, Santa Luzia, Ribeirão Pires/SP, visando à implantação, administração e operação comercial de serviços de Lanchonete no Complexo Hospitalar Santa Luzia.

Parágrafo único. A concessão de uso de que trata o "caput" do presente artigo, deverá ser formalizada mediante prévio procedimento licitatório, na modalidade concorrência pública.

Art.2º A área objeto da concessão de uso de que trata esta Lei, compreende:

"A área total a ser concedida é de 24,42m² considerando a edificação de 16,65m² construídos e a área externa para refeição de 7,77m². Seu perímetro se inicia no ponto **A**, contíguo ao passeio da Estrada Jornalista José Edinaldo Gemecê de Menezes, prossegue em traço circular de raio 6,11m e comprimento de 5,39m até o ponto **B**, continua ortogonalmente por 5,14m ao ponto **C**, deflete a direita por 3,10m até o ponto **D**, deflete novamente a direita por 5,60m ao ponto **E**, e continua por fim, fechando a área, em reta de 3,70m até o ponto de início. O espaço a ser utilizado como lanchonete contempla um compartimento principal e um sanitário para apoio, localizado há 22,70m da divisa com o lote a esquerda de quem olha o imóvel de frente, e há 5m da Estrada Jornalista José Edinaldo Gemecê de Menezes".

Art.3º A concessão de direito real de uso onerosa vigorará pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data da lavratura do instrumento de concessão, podendo ser prorrogado, por meio de termo de aditamento, mediante acordo entre as partes.

Art.4º O valor inicial mensal da concessão será definido por avaliação técnica da Comissão Permanente de Avaliações, o qual deverá ser atualizado anualmente com base nos índices oficiais utilizados pelo Município.

Art.5º Os requisitos para a exploração dos serviços serão dispostos em edital de licitação próprio.

Art.6º A exploração dos serviços ficará sujeita à legislação e fiscalização do Poder Concedente, incumbindo aos que as executarem, a sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

Art.7º Extinta a concessão, por quaisquer dos meios previstos em lei ou no edital de licitação, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário através do contrato.

Art.8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 04 de dezembro de 2023-309º Ano da Fundação e 69º da Instalação do Município.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

Processo Administrativo no 4155/2023-PMRP.
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

LEI Nº 6.929, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023

Autoriza o Poder Executivo a conceder direito real de uso de área, gratuito, à Associação Desportiva Jardim Valentina, e dá outras providências.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art.1º Fica o Município autorizado a conceder à ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA JARDIM VALENTINA, inscrita no CNPJ/MF sob 18.805.537.0001-94, com sede na Rua Francisco Tometich, nº 21, Bairro Ponte Seca, Ribeirão Pires/SP,

CEP 09412-190, nos termos dos artigos 67 e 69, da Lei Orgânica do Município, independentemente de concorrência pública, o direito real de uso gratuito de área, **pertencente à Prefeitura do Município de Ribeirão Pires**, localizada na Rua Alexandria, S/Nº, Bairro Ponte Seca, Ribeirão Pires, conforme consta no processo administrativo nº 3708/2022, que assim se descreve e caracteriza:

“Imóvel com 12.637,14m², localizado na Rua Alexandria, Bairro Ponte Seca, no município de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, com a seguinte descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto 1, de coordenadas **N 7.374.874,1324m** e **E 354.830,9015m**; deste segue com azimute de 65° 43'43" por uma distância de 94,12m, até o ponto 2, de coordenadas **N 7.374.912,8223m** e **E 354.916,7052m**; deste segue com azimute de 163°18'05" por uma distância de 236,04m, até o ponto 3, de coordenadas **N 7.374.686,7352m** e **E 354.984,5283m**; deste segue com azimute de 299°39'51" por uma distância de 31,23m, até o ponto 4, de coordenadas **N 7.374.702,1928m** e **E 354.957,389m**; deste segue com azimute de 323°39'35" por uma distância de 213,45m, até o ponto 1, de coordenadas **N 7.374.874,1324m** e **E 354.830,9015m**, início desta descrição, encerrando uma área superficial de **12.367,14m²**.”

Art.2ºA CONCEDENTE confere a CONCESSIONÁRIA, a título gratuito, pelo prazo de 10 (dez) anos, renováveis por igual período, o uso da área de que trata o artigo 1º desta lei, mediante as seguintes condições:

- a) A CONCESSIONÁRIA se obriga a utilizar a área cedida exclusivamente para praticas desportivas e fins sociais com o intuito de valorizar a coletividade carente do bairro.
- b) A não utilização da mencionada área para os fins constantes da letra “a” desta cláusula, importará na imediata revogação, pela CONCEDENTE, da concessão de uso ora instituída;
- c) É de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a correta e adequada execução das obras de implantação e manutenção da obra indicada na alínea “a”, deste artigo, respeitando as normas e regulamentos da CONCEDENTE, sem causar quaisquer inconvenientes ou transtornos aos serviços públicos ou a terceiros;
- d) Fica a CONCESSIONÁRIA responsável, civil e criminalmente, por eventuais danos ou prejuízos que a implantação ou a manutenção da obra mencionada causar a pessoas, bens ou ao Poder Público Municipal;
- e) A CONCESSIONÁRIA não poderá locar, sublocar ou ceder a qualquer título, a terceiros, a área;
- f) Constituirá infração, passível de revogação da presente permissão, a cessão ou transferência pela CONCESSIONÁRIA, a título oneroso ou gratuito, dos direitos decorrentes desta concessão;
- g) Ocorrendo a revogação desta concessão, a área retornará ao uso do Município, sem gerar direitos à CONCESSIONÁRIA e nem ônus de qualquer espécie para a CONCEDENTE, ficando ressalvado a CONCESSIONÁRIA o direito de retirar todas as instalações consideradas removíveis a ela pertencentes;
- h) A CONCESSIONÁRIA se obriga a respeitar toda legislação e posturas municipais da ora CONCEDENTE.

Art.3º A presente concessão tem caráter intransferível, resolúvel e gratuito, pelo prazo de 10 (dez) anos, renováveis por igual período, a contar da data da assinatura do respectivo Termo.

Parágrafo único. Revogada a concessão, a área será restituída à concedente, independentemente de qualquer providência judicial ou extrajudicial, não cabendo à concessionária indenização por quaisquer melhorias que tenham sido introduzidas na área, ressalvado o direito de retirar as instalações consideradas removíveis e a ela pertencentes

Art.4º Fica desafetada a área descrita no Art. 1º.

Art.5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 05 de dezembro de 2023-309º Ano da Fundação e 69º da Instalação do Município.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

ANDERSON RODRIGUES GRECCO
Secretário de Juventude, Esportes e Lazer

Processo Administrativo no 3708/2022-PMRP.
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

ANEXO - TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO - CONTRATO Nº. /2023

OBJETO: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO GRATUITO PELO PRAZO DE 10 (DEZ) ANOS, RENOVÁVEIS POR IGUAL PERÍODO

PARTES: MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES E ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA JARDIM VALENTINA

As partes, neste instrumento nomeadas, de um lado como **CONCEDENTE**, a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES**, pessoa jurídica de direito público interno, com domicílio no Paço Municipal, na Rua Miguel Prisco, nº 288, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.522.967/0001-34, neste ato representada pelo Prefeito, Sr. Luiz Gustavo Pinheiro Volpi, e de outro lado como **CONCESSIONÁRIA**, a **ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA JARDIM VALENTINA**, inscrita no CNPJ nº 18.805.537.0001-94, com sede na Rua Francisco Tometich, nº 21, Bairro Ponte Seca, Ribeirão Pires/SP, CEP 09412-19, representada neste ato por seus procuradores....., nos termos de seus documentos constitutivos, tudo conforme consta do Processo Administrativo nº 3708/2022, e da Lei nº, têm entre si contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CONCEDENTE** é legítimo possuidor da área abaixo descrita, conforme o memorial descritivo, com as seguintes medidas e confrontações:

“Imóvel com 12.637,14m², localizado na Rua Alexandria, Bairro Ponte Seca, no município de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, com a seguinte descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto 1, de coordenadas **N 7.374.874,1324m** e **E 354.830,9015m**; deste segue com azimute de 65° 43’43” por uma distância de 94,12m, até o ponto 2, de coordenadas **N 7.374.912,8223m** e **E 354.916,7052m**; deste segue com azimute de 163°18’05” por uma distância de 236,04m, até o ponto 3, de coordenadas **N 7.374.686,7352m** e **E 354.984,5283m**; deste segue com azimute de 299°39’51” por uma distância de 31,23m, até o ponto 4, de coordenadas **N 7.374.702,1928m** e **E 354.957,389m**; deste segue com azimute de 323°39’35” por uma distância de 213,45m, até o ponto 1, de coordenadas **N 7.374.874,1324m** e **E 354.830,9015m**, início desta descrição, encerrando uma área superficial de **12.367,14m²**.”

CLÁUSULA SEGUNDA: A concessão a que se refere este termo, entre outras obrigações já expressas, obedecerá às seguintes condições, sem as quais poderão levar à sua revogação:

a) A **CONCESSIONÁRIA** se obriga a utilizar a área cedida exclusivamente para implantação da Estação Elevatória de Esgotos – E.E.E. 11, Vila Aparecida, integrante do Sistema de Esgotos Sanitários do Município de Ribeirão Pires.

b) A não utilização da mencionada área para os fins constantes da letra “a” desta cláusula, importará na imediata revogação, pela **CONCEDENTE**, da concessão de uso ora instituída;

c) É de inteira responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** a correta e adequada execução das obras de implantação e manutenção da obra indicada na alínea “a”, deste termo, respeitando as normas e regulamentos da **CONCEDENTE**, sem causar quaisquer inconvenientes ou transtornos aos serviços públicos ou a terceiros;

d) Fica a **CONCESSIONÁRIA** responsável, civil e criminalmente, por eventuais danos ou prejuízos que a implantação ou a manutenção da obra mencionada causar a pessoas, bens ou ao Poder Público Municipal;

e) A **CONCESSIONÁRIA** não poderá locar, sublocar ou ceder a qualquer título, a terceiros, a área;

f) Constituirá infração, passível de revogação da presente permissão, a cessão ou transferência pela **CONCESSIONÁRIA**, a título oneroso ou gratuito, dos direitos decorrentes desta concessão;

g) Ocorrendo a revogação desta concessão, a área retornará ao uso do Município, sem gerar direitos à **CONCESSIONÁRIA** e nem ônus de qualquer espécie para a **CONCEDENTE**, ficando ressalvado a **CONCESSIONÁRIA** o direito de retirar todas as instalações consideradas removíveis a ela pertencentes;

h) A **CONCESSIONÁRIA** se obriga a respeitar toda legislação e posturas municipais da ora **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA: A concessão de uso vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos, renováveis por igual período, contados a partir da data de assinatura deste termo, devendo a área ser utilizada dentro da legislação vigente.

3.1 O desvirtuamento do objeto desta concessão implica em sua imediata revogação, assumindo a **CONCESSIONÁRIA** a responsabilização por eventuais danos.

CLÁUSULA QUARTA: A presente concessão será em caráter não oneroso, bem como sobre a área não incidirá impostos.

4.1 Obriga-se a **CONCESSIONÁRIA** a satisfazer todas as exigências dos Poderes Públicos, referentes a área objeto desta concessão.

CLÁUSULA QUINTA: A transgressão a qualquer cláusula deste Termo importará na imediata rescisão do contrato, devendo a **CONCESSIONÁRIA** desocupar a área no prazo que lhe for expressamente fixado.

CLÁUSULA SEXTA: A **CONCESSIONÁRIA** se obriga a realizar manutenção na área, devendo permanecer em boas condições de higiene, limpeza e conservação, zelando sempre por ela, para assim os restituir, quando rescindido este contrato, sem direito à retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias, as quais ficarão desde logo incorporadas ao local.

CLÁUSULA SÉTIMA: A **CONCESSIONÁRIA** obriga-se a utilizar a área objeto da presente concessão atendendo às suas finalidades estatutárias, atendendo ao interesse público dos municípios.

CLÁUSULA OITAVA: A **CONCESSIONÁRIA** fica obrigada a não locar, sublocar, emprestar ou ceder, a qualquer título, a área para terceiros, sem a anuência expressa do **CONCEDENTE**, bem como zelar pela conservação da área e evitar que terceiros a invadam.

CLÁUSULA NONA: A inobservância por parte da **CONCESSIONÁRIA**, de quaisquer das obrigações estipuladas neste contrato, acarretará de imediato sua rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA DÉCIMA: Em nenhuma hipótese o **CONCEDENTE** indenizará quaisquer benfeitorias realizadas na área ou em suas instalações, inclusive por ocasião da rescisão do presente Termo por violação às Cláusulas Quinta e Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleita a Comarca de Ribeirão Pires, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, desde que frustrada a composição amigável.

E, por estarem de acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

PREFEITO
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA JARDIM VALENTINA

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

LEI Nº 6.930, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispõe sobre desafetação e autorização para venda e/ou permuta de áreas públicas, e dá outras providências.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art.1º Ficam desafetados e, por consequência, desincorporados da classe de bens de uso comum do povo e incorporados à classe dos bens dominicais, os imóveis de propriedade do Município de Ribeirão Pires, abaixo identificados:

I – Área I - Matrícula nº 47.052. O terreno constituído pelo Equipamento Comunitário, do loteamento denominado PARQUE ALIANÇA, situado no Município da Estância Turística de Ribeirão Pires – SP, CEP.09403-500, com a seguinte descrição: “tem início no ponto “A” e segue pelo alinhamento da via pública denominada de Rua Frederico Maziero, por uma distância de 62,00m até encontrar o ponto “B”, deste ponto deflete a direita e segue em linha reta confrontando com os lotes 21, 19 ao 1 da quadra 28 do loteamento Parque Aliança, por uma distância de 215,17m até encontrar o ponto “C”, deste ponto deflete a direita e segue linha reta confrontando com o imóvel objeto da matrícula n. 32.768, por uma distância de 63,22m até encontrar o ponto “D”, daí deflete a direita e segue em linha reta confrontando com os lotes 26 ao 19 da quadra 25 do loteamento Parque Aliança, por uma distância de 87,70m até encontra o ponto “E”, daí deflete levemente a esquerda e segue em uma linha reta confrontando com o lote 18 da quadra 25 do loteamento Parque Aliança, por uma distância de 20,00m até encontrar o ponto “F”, daí deflete a esquerda e segue em uma linha reta confrontando com os lotes 17 ao 11 da quadra 25 do loteamento Parque Aliança, por uma distância de 80,00m até encontrar o ponto “G”, deste ponto deflete a direita e segue em linha reta confrontando com os lotes 10, 8 ao 5 da quadra 25 do loteamento Parque Aliança, por uma distância de 32,40m até encontrar o ponto “H”, daí deflete a direita e segue em uma linha reta confrontando com os lotes 4 ao 1 da quadra 25 do loteamento Parque Aliança, por uma distância de 39,00m até encontrar o ponto “I”, daí deflete a esquerda e segue em uma linha reta confrontando com o lote 1 da quadra 25 do loteamento Parque Aliança, por uma distância de 30,10m até encontrar o ponto “A”, onde teve início está descrição, encerrando assim uma área de **16.115,01m²**.”

II – Área II – Matrícula nº 43.561. O terreno situado no SÍTIO SÃO JOÃO CARDOSO, PIRES FREIRE e BOCAINA, constituído por parte do lote D, denominado D-02, da quadra H, no Município da Estância Turística de Ribeirão Pires – SP, com a seguinte descrição: “Inicia no **ponto 09**, localizado distante de 76,41m da cerca de arame da Estrada de Ferro, ou 400,00m além do KM 48 e daí segue em linha reta na extensão de 97,59m, confrontando com o lote 8, da quadra 02, gleba C, da Chácara Aliança, até encontrar o córrego daí deflete a esquerda e segue acompanhando a sinuosidade do córrego numa distância de 100,00m, até encontrar a linha divisória do terreno atual do lote 07, da quadra 3, da gleba D, da Chácara Aliança, daí deflete novamente a esquerda e segue na distância de 126,00m, confrontando com parte do lote 07, lotes 06, 05, 04, 03, 02 e 01, da quadra 3, gleba D, da Chácara Aliança, daí deflete a direita e segue confrontando com o lote 01, da quadra 03, gleba D, na extensão de 40,23m, até encontrar o **ponto 11**, deste ponto deflete a esquerda e segue em linha curva numa distância de 30,79m, até encontrar o **ponto 10**, deste ponto deflete novamente a esquerda e segue em linha curva numa distância de 27,00m, até encontrar o **ponto 08**, confrontando do ponto 11 ao 08, com o lote D-04, atual Rua Florida Paulista, do ponto 08, deflete a esquerda e segue em linha curva numa distância de 72,09m, até encontrar o **ponto 09**, de partida, confrontando com o lote D-05, atual

Rua São Bernardo do Campo, onde fecha o perímetro, encerrando a área de **10.686,67m²**.”

III – Área III – Matrícula nº 46.008. Possui a seguinte descrição “Uma área denominada como Área da P.M.R.T.R.P, situada na quadra 01 do loteamento denominado **JARDIM MIRANTE**, situado no Município de Ribeirão Pires – SP, tem início no ponto denominado A, localizado na via pública atualmente denominada Avenida Humberto de Campos e segue pelo alinhamento desta por uma distância de 44,00m até encontrar o ponto B, de onde deflete a esquerda e segue em linha curva por uma distância de 8,00m na confluência das vias públicas denominadas Avenida Humberto de Campos e Rua 2, atualmente denominada Rua Santo Antônio, até encontrar o ponto C, daí deflete a esquerda e segue pelo alinhamento da Rua 2 pela distância de 18,00m, até encontrar o ponto D, deste deflete a esquerda e segue em linha reta pela distância de 25,00 confrontando com a Viela 1 da quadra 01, até encontrar o ponto E, daí segue em linha reta por uma distância de 41,00m confrontando com os lotes 29, 30, 31 e 32 da quadra 01 até encontrar o ponto F, daí deflete a esquerda e segue em linha reta por uma distância de 21,00m confrontando com o lote 56-B do loteamento denominado Vila Emma, até encontrar o ponto A, onde teve início a presente descrição, encerrando assim uma área de aproximadamente **1.150,00m²**.

IV – Área IV – Matrícula nº 47.060. O terreno de formato irregular, constituído pelo remanescente de uma gleba, designada de ÁREA 02, na QUADRA 11, da VILA NOVA SUISSA SANTISTA, situado no Município da Estância Turística de Ribeirão Pires - SP, CEP: 09421-000, com a seguinte descrição: “tem início no ponto D, deste segue por 64,00 metros no alinhamento da Avenida Ribeirão Pires até encontrar o ponto E, daí deflete a direita e segue em linha reta na distância de 66,70 confrontando com o imóvel de matrícula 46.861, desta Serventia, até encontrar o ponto F, daí deflete a direita e segue por 7,00 metros confrontando com o córrego São Francisco até o ponto G, daí deflete a direita e segue por 9,00 metros confrontando com a Rua Henrique Silvério até encontrar o ponto G1, daí segue por 46,15 metros em linha reta confrontando com o córrego São Francisco até encontrar o ponto G2, daí deflete a direita acompanhando o Córrego Jaú e suas sinuosidades na distância na 31,15 metros até encontrar o ponto C2 e mais 68,10 metros até encontrar o ponto C, onde existe um marco situado a beira do Córrego Jaú, ambas confrontando com o remanescente da gleba denominada de Área 1, daí segue na divisa do imóvel de matrícula 1.652, desta Serventia, na distância de 41,70 metros até encontrar o ponto D, onde originou a descrição, encerrando a área de **7.150,00 metros quadrados**.

Art.2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a vender e/ou oferecer em permuta os imóveis descritos no artigo 1º desta lei.

Art.3º Os imóveis deverão ser individualmente e previamente avaliados, de acordo com os preceitos legais.

Art.4º Todas as despesas decorrentes da venda ou permuta dos imóveis serão arcadas pelo Adquirente.

Art.5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 05 de dezembro de 2023-309º Ano da Fundação e 69º da Instalação do Município.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

Processo Administrativo no 5737/2023-PMRP.
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

LEI Nº 6.931, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispõe sobre autorização para o Poder Executivo Municipal celebrar convênio com a entidade de prática desportiva Clube Atlético Desportivo Ribeirão Pires – CAD RP, com o objetivo desenvolver, aprimorar e manter a prática do futebol de formação e de alto rendimento, e dá outras providências.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a entidade de prática desportiva Clube Atlético Desportivo Ribeirão Pires – CAD RP, com o objetivo de desenvolver, aprimorar e manter centro de formação de atletas de futebol de acordo com as normas balizadoras contidas na legislação desportiva nacional e nos regulamentos da Confederação Brasileira de Futebol e Federação Paulista de Futebol, bem como desenvolver a prática do futebol de alto rendimento por meio da disputa nas competições oficiais organizadas pelas entidades de administração desportiva supramencionadas.

Art.2º O convênio será firmado nos termos da minuta anexa, a qual faz parte integrante desta Lei e constitui o anexo

único da mesma.

Art.3º As despesas com execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art.4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, convalidando todos os atos até então praticados em função do presente convênio, revogando as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 6.382/2019.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 06 de dezembro de 2023-309º Ano da Fundação e 69º da Instalação do Município.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

ANDERSON RODRIGUES GRECCO
Secretário de Juventude, Esportes e Lazer

Processo Administrativo no 3943/2019-PMRP.
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

ANEXO - MINUTA TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES E A ENTIDADE DESPORTIVA, CLUBE ATLÉTICO DESPORTIVO RIBEIRÃO PIRES – CAD RP, VISANDO DESENVOLVER, APRIMORAR E MANTER A PRÁTICA DO FUTEBOL DE FORMAÇÃO E DE ALTO RENDIMENTO NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES – PL – _____.

O Município de Ribeirão Pires, inscrito no CNPJ sob o nº 46.522.967/0001-34, com sede na Rua Miguel Prisco, 288, neste ato representada pelo Prefeito, **SENHOR LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**, doravante denominado **MUNICÍPIO** e, de outro lado, o **CLUBE ATLÉTICO DESPORTIVO RIBEIRÃO PIRES – CAD RP**, entidade de prática desportiva, na modalidade associação civil sem fins econômicos, filiada à Federação Paulista de Futebol – FPF, com sede à Rua Luiz Roncon, nº230, bairro Santana, no município de Ribeirão Pires – São Paulo, com CEP: 9406-500, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.425.712/0001-79, neste ato representada por seu Presidente Sr. ***, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n. *** e inscrito no CPF sob nº ***, doravante denominado **“CONVENIADO”**, celebram o presente convênio, nos termos da autorização contida na Lei Municipal nº _____, de _____ de _____ 20** e em conformidade com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto, mediante a conjugação de esforços e atuação mútua dos convenientes, com o objetivo desenvolver, aprimorar e manter centro de formação de atletas de futebol de acordo com as normas balizadoras contidas na legislação desportiva nacional e nos regulamentos da Confederação Brasileira de Futebol e Federação Paulista de Futebol, bem como desenvolver a prática do futebol de alto rendimento por meio da disputa das competições oficiais organizadas pelas entidades de administração desportiva supramencionadas, fomentando a inclusão social de jovens de baixa renda nas respectivas equipes, para que possam, por intermédio de prática da modalidade esportiva do futebol, adquirir formação como atletas, além de proporcionar lazer aos moradores do Município de Ribeirão Pires.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONVENIENTES

Para a execução do presente convênio, o **MUNICÍPIO** e o **CONVENIADO**, se comprometem:

1. Compete ao **MUNICÍPIO**:

1.1. Conceder ao **CONVENIADO**, pelo prazo a que alude o presente convênio, a utilização prioritária da praça esportiva Estádio Municipal Vereador Valentino Redivo, situado à Avenida Coronel Oliveira Lima, nº 2345 – Ribeirão Pires/SP, para treinamento das equipes mantidas pelo **CONVENIADO**, a seguir listadas:

DESCRIÇÃO DA ÁREA: Tem início no ponto “E-01”, deste ponto segue até o ponto “E-02” em curva num raio de 31,1 m e numa distância de 16,10m, do ponto “E-02” segue também em curva num raio de 51,00m e distância de 30,12 m até o ponto “E-03” daí segue em linha reta até o ponto “E-04” numa distância de 105,64m; do ponto “E-01” até o ponto “E-04” faz frente com a Rua Profº Renato Andreghetto (matricula nº 41.053), do ponto “E-04” até o ponto “E-05” segue numa distância de 5,71 m confrontando com a Rua Sebastião Vayego de Carvalho (matricula 41.052); daí deflete à direita até o ponto “A-17F” numa distância de 12,40 m; daí deflete à esquerda e segue a sinuosidade do córrego existente por 58,98m até encontrar a estaca “E-06” confrontando com a gleba “A1-D2” (matricula nº 36.979) e segue a direita numa curva de APP (Área de Preservação Permanente, do imóvel objeto da matricula 41.051) com distância de 49,01 m e raio de 50,00 m até encontrar a estaca “E-07” e segue numa linha reta até a estaca “E-08” numa distância de 104,38m confrontando com o imóvel objeto da matricula nº 41.051; daí deflete à direita numa extensão de 115,83m

até o ponto “E-09” no alinhamento da gleba “A1-D5” (matricula nº 39.939, desta serventia); daí deflete à direita e segue a sinuosidade da linha de APP (Área de Preservação Permanente, do imóvel objeto da matricula nº 41.055) numa distância de 293.42m até encontrar o ponto “E-01” onde teve início esta descrição.

1.1.1. Os equipamentos esportivos a que alude o item 1.1 serão utilizados pelo **CONVENIADO**, de modo independente e com prioridade, na realização de treinos e jogos de suas equipes de futebol (profissional e não profissional) e de outras atividades ligadas aos objetivos estatutários do **CONVENIADO**.

1.1.2. O **CONVENIADO** fica autorizado, ainda, a se utilizar da Praça Esportiva listada acima como sua Sede Administrativa, desde que sua construção seja custeada inteiramente pelo Conveniado, observado, para tanto, a legislação municipal, além de assumir os encargos de água e energia elétrica.

1.2. Conceder ao **CONVENIADO**, pelo prazo a que alude o presente convênio, a utilização prioritária do Estádio Municipal denominado “_____”, situado na Rua _____, para as partidas oficiais das equipes mantidas pelo **CONVENIADO**;

1.2.1. O equipamento esportivo a que alude o item 1.2 será utilizado pelo **CONVENIADO**, de modo independente e com prioridade, ficando desde já ciente que o **Município** e a **Liga de Futebol de Ribeirão** também poderão utilizar a praça mediante prévio ofício.

1.3. Autorizar a utilização de outras praças esportivas, desde que prévia e expressamente autorizado pela Secretaria de Esportes e a Liga de Futebol de Ribeirão Pires, que estejam em bom estado de conservação e em plenas condições para treinamento diário das equipes profissionais e não profissionais do **CONVENIADO**, assim como, os equipamentos esportivos de sua propriedade localizados em instalações municipais para desenvolvimento de suas atividades de condicionamento físico e aperfeiçoamento técnico;

1.4. Disponibilizar, para manutenção do presente convênio, o sistema de saúde municipal para o atendimento dos atletas profissionais e não profissionais do **CONVENIADO**, observadas as especialidades médicas disponíveis na rede pública de saúde municipal, bem como as regras estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

1.5. Disponibilizar, para manutenção do presente convênio, o sistema de saúde municipal para a vacinação dos atletas profissionais e não profissionais do **CONVENIADO**;

1.6. Disponibilizar, para manutenção do presente convênio, o sistema de saúde municipal para o atendimento odontológico dos atletas profissionais e não profissionais do **CONVENIADO**, contemplando assistência constante e contínua através de medidas preventivas e terapêuticas;

1.7. Disponibilizar, para manutenção do presente convênio, o sistema de educação municipal para o ensino dos atletas profissionais e não profissionais do **CONVENIADO**, em qualquer nível (alfabetização, ensino fundamental e médio), mediante matrícula dos atletas em estabelecimento de ensino público municipal no qual possam manter frequência e aproveitamento escolar satisfatórios;

1.8. Autorizar o **CONVENIADO** a utilizar, na praça esportiva concedidas pelos itens 1.1 e 1.3 acima, placas publicitárias e/ou outros engenhos publicitários, para subsidiar os custos da prática do desporto de rendimento profissional e não profissional, nos termos da lei;

1.9 Zelar pela praça esportiva cedida, na hipótese da cláusula 2.8;

2. Compete ao **CONVENIADO**:

2.1 Confecção e entrega de 500 (quinhentos) uniformes para as escolinhas de futebol e futsal do município, conforme layout;

O uniforme previsto nesta obrigação é composto por:

- A) Shorts;
- B) Camiseta;
- C) Meião;

2.2. Confecção de 2.000 (dois mil) camisetas para os alunos (as) que praticam atividades esportivas do município.

2.3 Além das obrigações anteriores, o Conveniado se compromete a comprar e entregar a Conveniada os seguintes materiais esportivos:

- A) 50 bolas nº 5;
- B) 50 bolas nº 4;
- C) 250 coletes com a logomarca da Prefeitura de Ribeirão Pires;
- D) 6 uniformes de jogo, com 22 unidades cada, com logomarca da Prefeitura de Ribeirão Pires, observado o layout;

2.4 Em decorrência da obra do novo ginásio municipal, o Conveniado se obriga, por este instrumento em adequar, de forma independente um novo layout do espaço cedido pelo município.

2.4.1 O novo layout previsto acima, inclui a construção e adequação de entrada/portaria independente da entrada atual pertencente ao ginásio público;

2.5 Conclusão da Reforma dos vestiários – área seca e área molhada;

2.6 Construção de 2 novos vestiários acoplados aos já existentes, incluindo a reforma destes últimos;

2.7 Reformar e manter o gramado em perfeitas condições de uso;

2.8 O Conveniado fica obrigado a permitir que a Prefeitura e a Liga de Futebol de Ribeirão Pires, após prévia solicitação expressa destes, utilize o espaço concedido de forma não onerosa.

2.8.1 A permissão estabelecida acima, ocorrerá somente em data livre de competições oficiais do conveniado;

2.9 Fica o conveniado, obrigado a adequar a reforma da arquibancada nos termos previstos pela Federação Paulista de Futebol;

2.10 Representar o município nas competições oficiais do Governo do Estado de São Paulo, conforme diretrizes da Secretaria de Esportes de Ribeirão Pires;

2.11 Custear todos os impostos e incumbências sociais da entidade de prática desportiva, bem como os custos com contratação e pagamentos de salários, benefícios e demais encargos trabalhistas, fundiários e previdenciários dos

atletas profissionais, bem como a “bolsa aprendizagem” dos atletas não profissionais;

2.12 Dar prioridade de participação, em suas equipes de base, a atletas residentes em Ribeirão Pires, advindas de programas esportivos da Secretaria de Esportes do MUNICÍPIO, na modalidade de Futebol, devendo, para tanto, o MUNICÍPIO encaminhar ao CONVENIADO as fichas de inscrições e todos os atletas inscritos no referido programa para exame e avaliação na época e na forma solicitada pelo CONVENIADO, de acordo com as respectivas categorias;

2.13 O CONVENIADO se obriga a fazer publicidade do MUNICÍPIO em todos os materiais de divulgação da entidade de prática desportiva, tais como em uniformes de jogos e treinos, placas e *banners* no estádio, ginásios e campos de treinamento, em *folders*, *links* de referência em seu *website*, nos ingressos dos jogos, dentre outros artifícios que estejam relacionados com eventos esportivos dos quais participe, e quando não conflitarem com a Lei ou com as normas e regulamentos emanados das entidades de administração esportiva;

2.14 Manter a ficha individual e a relação nominal das pessoas atendidas através do convênio, bem como a contabilidade e registros regulares devidamente atualizados, estando estes sujeitos a exames sem prévio aviso, por parte dos órgãos Municipais incumbidos da fiscalização deste convênio;

2.15 Cumprir, em relação a praça esportiva objeto deste convenio, as exigências determinadas pela Federação Paulista de Futebol;

2.15.1 Em relação as exigências determinadas pela Federação Paulista de Futebol, o Conveniado obriga-se a cumpri-las de forma total, não ensejando assim, qualquer responsabilidade à Prefeitura de Ribeirão Pires, ainda que de forma solidária;

2.16 Observar a legislação municipal e obter através do órgão competente AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;

2.17 Zelar pelo espaço público cedido e quando autorizado, pelas demais praças esportivas cedidas conforme preceitua o item 1.3;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DAS OBRAS

O prazo para realização das obras e contrapartidas estabelecidas na cláusula segunda deste instrumento serão estabelecidos expressamente, através de plano de trabalho firmado entre o Conveniado, Secretarias de Esportes e quando necessário, a Secretaria de Obras do município de Ribeirão Pires.

O prazo previsto nesta cláusula prefere o prazo eventualmente concedido pela Federação Paulista de Futebol.

CLÁUSULA QUARTA – DAS BENFEITORIAS

Não serão indenizadas as benfeitorias (útil, necessária, voluptuária) realizadas pelo CONVENIADO.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

O presente convênio terá vigência de 5 (cinco) anos, a partir de sua assinatura, podendo ser renovado, por igual período, mediante Interesse Público.

CLÁUSULA SEXTA – DO REPASSE FINANCEIRO

O MUNICÍPIO não repassará ao CONVENIADO, nenhuma espécie de valor financeiro, exceto o ressarcimento de valores comprovadamente pagos pelo CONVENIADO referentes às despesas mencionadas neste convênio que sejam de responsabilidade do município.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO AJUSTE DO CONVÊNIO

Os convenientes poderão, a qualquer momento, celebrar os competentes termos aditivos, tantos quantos forem necessários, para pormenorizar o presente convênio, de forma a conduzir à sua boa execução.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO

Opera-se a extinção do presente convênio quando ocorrer o término do prazo de vigência a que alude a Cláusula Terceira, deste convênio, desde que as partes não manifestem a intenção de proceder à renovação do convênio por ora firmado, hipótese em que não será devida nenhuma indenização entre as partes.

Ocorrerá também a extinção do presente convênio quando as partes, de comum acordo e por meio de instrumento próprio, optarem pela rescisão do convênio, mediante comunicação escrita, com prazo de antecedência de no mínimo 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, bem como por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, nos termos da lei vigente, em qualquer época.

O aviso prévio poderá ser exigido ou cumprido por meio de medida judicial de obrigação de fazer, comportando a execução específica deste convênio neste sentido.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE JURÍDICA PELA RESCISÃO DO CONVÊNIO

A responsabilidade jurídica pela rescisão do convênio seguirá os seguintes critérios:

1. O MUNICÍPIO, a qualquer tempo, por razões de interesse público, poderá rescindir unilateralmente o presente instrumento;
2. O CONVENIADO somente poderá rescindir unilateralmente o presente instrumento na hipótese de o MUNICÍPIO não adimplir com suas obrigações firmadas neste convênio, desde que devidamente comprovadas;

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FALTA CONTRATUAL

Constitui falta contratual o não cumprimento de qualquer obrigação firmada neste instrumento, sendo facultado à parte prejudicada, notificar expressamente a parte faltosa para que essa regularize a situação com a maior brevidade possível, sob pena de ocorrer à rescisão unilateral a que alude a cláusula anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Ribeirão Pires, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer divergências decorrentes do presente convênio, com exclusão expressa dos demais.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão solucionados de comum acordo entre as partes convenientes.

E por estarem de acordo com todas as cláusulas, assinam o presente Termo de Convênio em 03 (três) vias de igual teor, para os efeitos jurídicos de direito, na presença de duas testemunhas que ao final subscrevem:

Ribeirão Pires,

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES

Prefeito

CLUBE ATLÉTICO DESPORTIVO RIBEIRÃO PIRES – CAD RP

Presidente

TESTEMUNHAS:

1. Nome / CPF / RG _____

2. Nome / CPF / RG _____

**COMUNICADO DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL
CURSO DE FORMAÇÃO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL 3ª CLASSE -
RETIFICADO
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 03/2019**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, Estado de São Paulo, no uso das

atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, torna público o Resultado Final da **CURSO DE FORMAÇÃO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL 3ª CLASSE**, referente ao **Concurso Público – Edital nº 03/2019**.

FAZ SABER que verificada a conclusão dos trabalhos de realização do Concurso Público, e ainda certificado de que decorridos os prazos legais, não existem recursos pendentes para o Cargo acima referido.

INFORMA que não houve candidato inscrito/habilitado para as vagas de Pessoa com Deficiência – PCD.

A lista de Resultado Final, após a realização do **CURSO DE FORMAÇÃO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL 3ª CLASSE**, homologado está relacionada abaixo, contendo: número de inscrição; nome do candidato; número do documento de identidade e Classificação Final, tudo em conformidade com o disposto no **Edital nº 03/2019**.

E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Comunicado.

Ribeirão Pires/SP, 27 de outubro de 2022.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI

PREFEITO INTERINO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES/SP

REALIZAÇÃO:



HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL
EM ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

CARGO 213 - GUARDA CIVIL MUNICIPAL 3ª CLASSE

Inscrição nº	Nome do(a) Candidato(a)	Documento	Classificação
0347000598	DAVID SANTOS SILVA	490301009	1
0347002729	VINÍCIUS SILVA MATOS	493201725	2
0347000587	DAVI JHAMISON PEREIRA DOS SANTOS	355417686	3
0347001563	JULIO CESAR CORREIA SANTOS	27345664-7	4
0347001580	JURANDIR SIQUEIRA DE OLIVEIRA	41471362x	5
0347001652	LEANDRO SAMPAIO DE OLIVEIRA	462559713	6
0347000304	ARLEI CAPOCCIO	19.779.429-4	7
0347001699	LINCOLN SANTOS DE PAULA	441918785	8
0347002000	MAYCON DA SILVA MORAIS DOS SANTOS	451496747	9
0347000963	FÁGNER LUIZ RAMOS	419358596	10
0347002737	VITOR DE BARROS DE OLIVEIRA	370143164	11
0347000361	BRUNO MOZELLI SOUZA	258966762	12
0347000935	FABIO FERREIRA	463276486	13
0347001725	LUCAS FERREIRA DA SILVA	547086556	14
0347002210	RAFAEL SOARES MARCELINO	401576851	15
0347002790	WEDEN SILVA SOARES	399612816	16
0347001979	MAURICIO DA SILVA SANTOS	429346323	17
0347002665	VAGNER ANGELO DA SILVA	419267025	18
0347001584	KAIQUE ALEXANDRE COSTA DE AMORIM	495323056	19
0347001678	LEONARDO MAGALHÃES PALMA	297954106	20
0347001886	MARCO ANTONIO PINTO LEO	8004109	21
0347002513	SIDNEY RAMOS DORNELAS	404629714	22
0347000068	ALAN DA SILVA DE SOUSA	431317896	23
0347002839	WEVERTON SILVA ALVES	480814247	24
0347000595	DAVID JOSÉ MORENO DA SILVA	44849549-1	25
0347001527	JOSEVAN DOS SANTOS SOUZA FILHO	1009458566	26
0347000718	EDINALDO MENDES DA SILVA FILHO	278786522	27
0347000438	CELSO YASSUO TAKEDA JUNIOR	37377727-9	28
0347002434	RONALDO BELMIRO DE SOUSA	27.270.376-X	29
0347002812	WENDERSON FERREIRA	304693662	30
0347001654	LEANDRO SILVA DOS SANTOS	42232822/4	31
0347001197	GUSTAVO OLIVEIRA DA SILVA	428944553	32
0347000744	EDSON DA SILVA LOPES	349428232	33
0347001656	LENILDO SEVERINO DE LUNA	59806420	34

0347002626

0347001920

MARCOS SCHOEPS DE ARAUJO

45312088x

33.880.969-7

35

36